



PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

ISSN: 1695-7121

info@pasosonline.org

Universidad de La Laguna
España

Campos Oliveira, Alexandra

Turismo em áreas "menos desenvolvidas": caracterização, desenvolvimento e planeamento turístico da Vila de Trindade, município de Paraty / Rio de Janeiro - Brasil

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol. 3, núm. 1, enero, 2005, pp. 149-169

Universidad de La Laguna
El Sauzal (Tenerife), España

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=88130111>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Turismo em áreas “menos desenvolvidas”: caracterização,
desenvolvimento e planejamento turístico da Vila de Trindade,
município de Paraty / Rio de Janeiro – Brasil

Alexandra Campos Oliveira[†]

Resumo: A intenção deste artigo é discutir o planejamento e ocupação turística na Vila de Trindade, localizada em Paraty, litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Apesar da existência do planejamento turístico no município, a atividade vem gerando uma série de conflitos na Vila os quais pretende-se discutir. A existência do planejamento implica a maximização dos impactos positivos do turismo e melhor distribuição dos mesmos? Minimiza impactos negativos? O planejamento vincula-se ao crescimento organizado da atividade? Contribui para que o turismo torne-se fator de desenvolvimento local? Tais questionamentos serão discutidos tomando-se como exemplo um município que tem percebido significativos investimentos na atividade, se tornando um referencial enquanto destino turístico no cenário nacional.

Palavras chave: Planejamento turístico; Desenvolvimento; População

Abstract: The aim of this article is discussing the tourism planning and occupation in Trindade Village, located in Paraty, south coast at the state of Rio de Janeiro, Brazil. Besides the existence of tourism planning in the village, tourism has been creating a lot of conflicts, which this article intends to discuss. Does the existence of planning imply the maximization of the positive impacts of tourism and their better distribution? Does it minimize the negative impacts? Does the planning link to the activity's organized growing? Does it contribute for the tourism to become a factor of local development? Those questions will be discussed by taking as example a town in which there have been significant investments in the activity, becoming a reference as tourism destination in the National Setting.

Keywords: Tourism planning; Development; Population

[†] • Alexandra Campos Oliveira e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (Brasil). E-mail: alexandratur@hotmail.com

Introdução

O município de Paraty, localizado ao sul do litoral do Estado do Rio de Janeiro, é considerado um dos mais importantes pólos turísticos do Brasil. Área turística de alcance internacional, tem como atrativo principal seu centro histórico, constituído por casario de arquitetura genuinamente colonial.

No entanto, o município de Paraty possui uma grande variedade de atrativos que exercem apelo a outros segmentos turísticos. Além de belas praias rodeadas pela Mata Atlântica, possui vários bens imateriais de grande relevância, como as culturas caiçara, negra, indígena, dos quilombos e portuguesa. Tais atrativos se localizam ou manifestam-se majoritariamente nas áreas periféricas do município.

Nesse cenário, destaca-se a Vila de Trindade, situada na região mais ao sul do de Paraty, cujas praias são consideradas as mais belas do município. Parte de seu território está inserido na Área de Preservação Ambiental do Cairuçu. Possui, ainda, traços remanescentes da cultura caiçara. Tais características contribuíram para que a Vila passasse a experimentar significativo desenvolvimento turístico, tornando-se a segunda região de maior crescimento da atividade do município, perdendo apenas para o centro histórico.

Os aspectos sócio-econômicos de Trindade correspondem à realidade de muitas localidades de países pobres e países em desenvolvimento. São localidades ditas “menos desenvolvidas”¹. Não se trata, aqui, de áreas cujos habitantes vivem em extrema pobreza, guetos ou os mais sórdidos subúrbios de cidades, subprodutos da lógica dominante de desenvolvimento, uma vez que tais áreas não apresentam apelo turístico. Trata-se sim de localidades cujas populações são ditas tradicionais e que vivem (ou viviam, anteriormente ao processo de desenvolvimento turístico), basicamente, da pesca e da agricultura de subsistência, bem como municípios interioranos que não se inserem tão amplamente, em termos relativos, na economia global. Estes locais (municípios

ou regiões de um município) correspondem à grande parte dos destinos “descobertos” pela atividade turística, por suas peculiaridades naturais e culturais preservadas, representando uma alternativa de fuga do cotidiano aos indivíduos dos conglomerados urbanos (que, por sua vez, correspondem em grande medida ao mercado consumidor de turismo). A partir do desenvolvimento do turismo, tais localidades passam a sofrer alterações profundas (econômicas, sociais, culturais, ambientais, etc.) que, não raro, suas populações não estão aptas a acompanhar, tendo em vista suas desvantagens econômicas e despreparo para lidar com a atividade.

A população dessas áreas, então, é especialmente frágil aos impactos negativos da atividade, o que reforça a necessidade da existência de um planejamento turístico nas mesmas.

A Vila de Trindade

Trindade é uma vila de pescadores de Paraty, município pertencente à Mesorregião Sul Fluminense, Região da Costa Verde e à microrregião da Baía da Ilha Grande (PDDT², 2003:25). Paraty tem por limites os municípios de Angra dos Reis (RJ), Cunha (SP) e Ubatuba (SP). Localiza-se entre as duas maiores cidades brasileiras: São Paulo e Rio de Janeiro. Situa-se, ainda, dentro da zona tropical, apresentando um relevo predominantemente montanhoso, marcado pela existência de dezenas de ilhas por todo seu litoral.

A faixa urbana do município de Paraty localiza-se, em sua maior parte, na área Baixa Litorânea (entre a Serra e a Costa), constituída por estreitas planícies sedimentares (PDDT, 2003:87).

A Vila de Trindade pertence à Macro-Região Sul de Paraty, ao lado dos bairros de Patrimônio, Laranjeiras, Sono, Ponta de Juatinga e Campinho (PDDT, 2003:101). Situa-se a 30 km da região central do município. Desta, são 22 km pela BR-101 (Rodovia Rio-Santos), sentido São Paulo, até o trevo de Patrimônio, que dá acesso a PRT-101. Esta rodovia leva ao luxuoso condomínio

de Laranjeiras, à Praia do Sono e à Trindade. Deste ponto são mais 8 km pela PRT-101, popularmente conhecida como Morro do Deus-me-livre.

Não raro, Trindade recebe a denominação de praia de Paraty. Nos dados da prefeitura do município, no entanto, a vila aparece como um bairro. PDDT de Paraty esclarece:

(...) deve-se salientar que Trindade não é uma única praia, mas sim uma região com grande fluxo turístico e que apresenta praias com características semelhantes. São elas: Brava, Cepilho, Dos Ranchos (Fora), Do Meio, Caixadaço e Figueira. Todas elas apresentam considerável atratividade, graças a sua peculiar condição natural, caracterizada pela coloração esverdeada da água, temperatura agradável e vegetação atlântica em seus arredores. Por tudo

isso, pode-se considerar tais praias entre as mais bonitas de Paraty, atraindo visitantes de todas as Macro-regiões do município (2003:46).

Área privilegiada com praias, cachoeiras, rios e formações rochosas, Trindade encontra-se rodeada pela Mata Atlântica, estando situada dentro da Área de Preservação Ambiental de Cairuçu.

É importante ressaltar que cerca de 80% do território paratiense é composto por unidades de conservação (PDDT, 2003:80).

A Praia Brava é a primeira praia de Trindade, partindo do trevo de Patrimônio e seguindo-se a PRT-101. O acesso a esta só é feito por trilha a pé. Deserta e escondida entre costões rochosos e densa Mata Atlântica, não possui nenhuma infra-estrutura turística.



Mapa 1. Paraty



Figura 1. Vista aérea de Trindade



Figura 2. Praia dos Ranchos

Retomando a PRT-101, a praia seguinte é a Praia do Cepilho. Com cerca de 300 metros de extensão, possui belas formações rochosas e ondas de até 4 metros, o que atrai muitos surfistas (Disponível em: [www.trindade.tur.br/-](http://www.trindade.tur.br/-praias.htm)

[praias.htm](http://www.trindade.tur.br/-praias.htm) acessado em: 14/03/2004).

A Praia de Fora ou dos Ranchos acompanha toda a Vila de Trindade e é uma das mais freqüentadas por turistas. A denominação Ranchos se deve a presença de ranchos de pesca utilizados

antigamente pelos nativos, hoje transformados em bares à beira-mar (Disponível em: www.trindade.tur.br/-praias.htm. Acessado em: 14/03/2004). Em época de maré baixa, avista-se desta a Praia das Conchas, acessível por uma trilha no meio da mata (Pereira, 2001:13).

A Praia do Meio é pequena e possui forte declive. É dividida por uma ilhota de onde se avista o mar aberto, outras praias e a pedra Cabeça do Índio. Possui quiosques à beira-mar e também é bastante freqüentada por turistas.

Pela Praia do Meio deságua o Rio Codó, cujo curso leva a cachoeira dos Codós. Esta é uma pequena cachoeira, que se desdobra em muitas quedas d'água. Seu diferencial está na existência de uma pedra cuja fenda pode ser atravessada, aproveitando-se para tanto a força da água; devido a essa recreação, tal cachoeira ficou popularmente conhecida como Cachoeira da Pedra que Engole.

Do encontro do Rio Codó com a Praia do Meio existe uma trilha que leva à

Praia do Caixadaço. Esta é uma longa praia de areia fina e branca e águas esverdeadas. Nela não há luz elétrica. Existem apenas alguns *campings* e uma espécie de albergue. Tem grande apelo turístico por sua rusticidade e preservação, aos quais a relativa dificuldade de acesso contribui. Ainda assim, esta praia é bastante freqüentada por turistas, especialmente por dar acesso, após o Rio Barrinha, à trilha que leva às pedras da Piscina Natural do Caixadaço (Disponível em: www.trindade.tur.br/praias.htm. Acessado em: 14/03/2004).

A Piscina Natural do Caixadaço é formada por grandes pedras vulcânicas que represam a água do mar. Possui cerca de 50 metros de diâmetro e é apropriada para a prática de mergulho (Pereira, 2001:13). É um dos maiores atrativos turísticos de Trindade, sendo muito visitada turistas.



Figura 3. Praia do Meio



Figura 4. Trilhas rodeadas pela Mata Atlântica



Figura 5. Piscina Natural do Caixadaço

A mesma trilha que leva à Piscina Natural do Caixadaço dá acesso à Praia da Figueira, popularmente conhecida como Praia dos Pelados, a última praia do sul do Estado do Rio de Janeiro. Constitui-se em área liberada para a prática do naturismo.

A Pedra da Cabeça do Índio, marco divisório entre os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, é uma grande pedra na Ponta da Trindade, cujo formato assemelha-se ao perfil de um índio. Seu acesso se dá por trilhas íngremes; não há praias nem cachoeiras, mas existe a beleza exuberante da Mata Atlântica. No caminho, há duas cavernas, dentre as quais a Toca dos Ossos. Estas envolvem

histórias de índios e piratas que fazem parte da cultura local. Da Cabeça do Índio é possível apreciar uma bela vista panorâmica de várias ilhas, do mar aberto e da Trindade.

A avenida Sobral Pinto atravessa a vila, constituindo-se na sua principal via. Concentra os estabelecimentos comerciais, restaurantes, pousadas e *campings*. A infra-estrutura urbana e turística aí existente difere da infra-estrutura do centro histórico de Paraty.

Na região central do município concentra-se a maior parte da infra-estrutura urbana. 69,9 % dos domicílios de Paraty são contemplados pela rede geral de abastecimento de água, enquanto

27,50% utiliza água proveniente de poços e nascentes (realidade comum nas áreas periféricas). As fossas correspondem pela maior parte do destino de esgotos domiciliares (78,9%). Parte do centro histórico possui coletores de esgoto ligados a rede geral, enquanto os bairros periféricos, em especial a Ilha das Cobras e Mangueira, não possuem coleta de esgoto (PDDT, 2003:47). Tais estatísticas se justificam pela baixa taxa de urbanização do município, que, por sua vez, tem precedentes históricos que serão abordados adiante. De acordo com dados do IBGE³ (2000), a população de Paraty é de 29.544 habitantes, dos quais 47,6% vivem na área urbana e o restante na área rural:

Paraty não sofreu um processo de êxodo rural significativo, mantendo mais da metade de sua população vivendo nessa região. Para efeito de comparação, a taxa de urbanização da Baía da Ilha Grande é de 86,3%. Em razão da baixa urbanização, a densidade demográfica também é pequena, com 31,6 habitantes por km². (PDDT, 2003:71).

Trindade, enquanto bairro periférico, caracteriza-se por uma infra-estrutura urbana regular. No entanto, vem apresentando grande crescimento da taxa de urbanização, processo que sofre contribuição significativa do desenvolvimento do turismo na vila.

A economia de Trindade foi voltada, anteriormente ao desenvolvimento do

turismo, como será abordado adiante, para a pesca e agricultura de subsistência. A população de Trindade vivia relativamente isolada e mantinha um sistema de trocas. Segundo relatos de moradores, os homens responsáveis pela pesca em alto-mar iam para o município de Santos depois da lua cheia, e por lá permaneciam durante um mês; outros cuidavam do “cerco”, atividade ainda existente em Trindade. Estes permaneciam na Vila. O peixe era a base da alimentação local. Saulo Alves da Silva, atual presidente da Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade, descreve a realidade da Vila anteriormente ao desenvolvimento turístico: “o seu café era peixe frito, farinha, peixe com banana, que é o famoso azul marinho. Carne você não comia, comia carne de caça, do mato. Aí era peixe, com banana, aí vinha uma isca que você pegava e cozinhava. Por exemplo, o seu café da manhã poderia ser peixe assado na brasa. Feijão você comia do que você plantava, arroz não. Óleo era muito difícil, porque tinha porco, você fazia banha. O frango comia porque tinha galinha caipira. Então era disso que se vivia”.

A pesca ainda é um dos esteios da economia de Trindade. A Vila se destaca como uma das principais áreas pesqueiras de Paraty. Atualmente, no entanto, nota-se que a maior parte da população se dedica à atividade turística.

Bairro	Urbanização	Infra-estrutura urbana	Infra-estrutura turística	Acesso
Trindade	Alta	Regular	Boa	PRT 101
Observações	População flutuante em virtude do turismo.			

Quadro 1. Descrição dos Bairros. Fonte: PDDT, 2003:30.

Ramo Atividade	%
Agropecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Pesca	0,5
Comércio, Turismo, Alimentação, Transporte e Comunicação	51,60
Financeiro, Imobiliário e Outros Serviços	8,0
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	27,3
Educação, Saúde e Serviços Sociais	6,9
Indústria Extrativa da Transformação e da construção	5,6
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	0,1

Quadro 2. Distribuição de Pessoas Ocupadas por Ramo de Atividade. Fonte: Ministério das Cidades apud PDDT, 2003:77. Nota-se que a atividade turística e outras atividades a ela ligadas, direta ou indiretamente, respondem pela maior parte do número de ocupações existentes no município.

O turismo tem grande importância para todo o município de Paraty. Apesar de a agropecuária responder por 63,2% do produto interno bruto municipal, de acordo com dados do Ministério das Cidades (1996), observa-se que 79,6% das atividades econômicas desenvolvidas pelas empresas de Paraty se referem ao comércio, turismo, transporte, alimentação e comunicação. Tais atividades respondiam, no mesmo ano, por 32,4% do produto interno bruto municipal. (PDDT, 2003:74:76). A importância do turismo para o município também é observada na distribuição da população economicamente ativa por ramo de atividade, como apresenta o quadro a seguir:

A oferta técnica turística⁴ de Paraty apresenta uma taxa média de crescimento anual de 11,56%, considerando-se o período de 1975 a 2003. Em 1975, esta correspondia a um total geral de 20 estabelecimentos. Já no ano de 2003, existiam 406 estabelecimentos deste tipo no município (PDDT, 2003:108).

Esta oferta se distribui desigualmente pelo município, concentrando-se na região central. A macro-região sul, onde se localiza Trindade, também apresenta grande desenvolvimento neste sentido. De acordo com o PDDT de Paraty (PDDT, 2003:124), o centro histórico possui a maior capacidade de equipamentos de alimentação, seguido por Trindade, bem como concentra a oferta de unidades habitacionais dos Meios de Hospedagem 1 (80%). A macro-região sul é a segunda região em número de unidades habitacionais desse tipo (13%), perfazendo um total de 869 leitos, o que corresponde a 14,19% dos leitos existentes em Paraty.

	Leitos estimados
Trindade	650
Macro-região Sul	869
Total Municipal	6126

Quadro 3. Número de leitos de Trindade Fonte: PDDT, 2003:118. Adaptado pela autora.

De acordo com o quadro, percebe-se que na macro-região sul, a oferta de leitos de meios de hospedagem 1 concentra-se em Trindade. Por outro lado, esta mesma região responde por 55,51% da capacidade

de barracas do município (meios de hospedagem 2), o que equivale a 61,03% da capacidade de campistas de Paraty.

As diferenças entre Trindade e região central, além da infra-estrutura existente, estão no perfil do turista e na oferta de atrativos. Na vila predomina o turismo baseado na tríade sol e praias e mar, enquanto na região central o turismo cultural é o segmento mais procurado pelos turistas (PDDT, 2003:281).

Observa-se se que o fluxo de turistas de Trindade é mais independente que o fluxo de outras áreas periféricas, em grande parte devido à existência de uma boa quantidade de meios de hospedagem (PDDT, 2003:35). A Vila de Trindade, ao lado do Sono e Ponta Negra, figura como segundo motivador à visita ao município, perdendo apenas para o centro histórico (PDDT, 2003:291).

Antecedentes históricos

O município de Paraty, durante o ciclo do ouro, tornou-se entreposto comercial de significativo desenvolvimento, chegando a possuir o segundo mais importante porto do Brasil. Por este escoava para a Europa o ouro vindo de Minas Gerais (rota conhecida como Caminho Velho). Posteriormente, era escoado o café do Vale do Paraíba que, juntamente com a produção de pinga e derivados de cana, auxiliou no desenvolvimento da economia local.

A partir de 1725, com a abertura do Caminho Novo, “que a excluía do roteiro para as Minas Gerais, reduziu-se o seu comércio” (Enciclopédia dos Municípios, 1950: 359). Já em 1870, aberto um caminho ferroviário entre Rio de Janeiro e São Paulo, através do Vale do Paraíba, sua economia se viu ainda mais abalada (PDDT, 2003:30).

O colapso da economia de Paraty deu-se com a Abolição da Escravatura, em 1888, causando um êxodo populacional de grande dimensão: “dos 16.000 habitantes existentes em 1851, restaram, no final do século XIX, apenas 600 velhos, mulheres e crianças, isolando Paraty definitivamente por décadas” (PDDT, 2003:30).



Figura 6. Trindade aldeia antiga

A falta de comunicações terrestres contribuiu para o isolamento do município. Durante esta época, o acesso à Vila de Trindade se dava somente por mar ou, como relata moradores, feito a pé. Devido ao isolamento, as populações caiçaras passaram “a viver quase que exclusivamente de suas culturas e estratégias de sobrevivência”, tecendo as redes do modo de vida tradicional (Luchiari⁵, 2000:137).

A implementação da Rodovia Rio-Santos (BR-101), ocorrida no período de 1978-1985, inaugurou uma nova fase no município: depois do ouro e do café, o turismo, devido à preservação de seu patrimônio histórico e elementos naturais, passou a constituir, ao lado da agricultura e da pesca, o principal suporte financeiro.

Paraty passou, então, a receber um grande número de visitantes que buscava “a sensação de estar numa pacata vila colonial perdida e cercada por um paraíso natural” (Wilk, 1997:44). Ao lado deste fluxo, passou também a atrair empreendedores que investiam em diversos ramos da atividade turística, integrando-se o município à economia de mercado com a transformação de seu espaço em produto turístico, atendendo à demanda de lazer das populações urbanas.

A primeira vista, a atividade turística pode ser considerada estritamente benéfica, imprimindo uma nova dinâmica à economia local que, então, se

encontrava em estado de estagnação. Wilk, entrevistando D. João Maria de Orleans e Bragança, neto da princesa Isabel, que se instalou definitivamente em 1972 em Paraty, relata entusiasticamente o “desenvolvimento” proporcionado pelo turismo no município:

O casarão real da Rua Fresca, de portas e janelas verdes, única construção residencial não-germinada da cidade, foi arrematado por uma ninharia de um nativo. Como, de resto, aconteceu com muita gente depois da abertura da Rio-Santos. Muitos cariocas e paulistas arrumaram a trouxa, compraram seu casarão colonial da mão de pescadores por uma pechincha, abriram pousadas, lojas e restaurantes e vão muito bem, obrigado (1997:44).

Se, por um lado, a atração de empreendedores possibilitou a transformação e adequação de Paraty ao mercado turístico, trazendo consigo novo conhecimento e nova dinâmica, por outro, se deu mediante a marginalização da população local. Em passagem da reportagem de Wilk, tem-se um retrato da exclusão da população paratiense no processo de ocupação turística da região central do município:

Já os paratienses nativos não moram mais no Centro Histórico e nem ao redor dele. Os que conseguiram garantir uma casinha perto do pedaço preservado pelo Patrimônio Histórico tiveram sorte. A maioria foi mesmo para a zona rural e para a vizinha cidade de Cunha (Wilk,

1997:47).

De uma maneira geral, observa-se que o desenvolvimento turístico em Paraty está vinculado ao poder econômico, freqüentemente favorecendo grupos ou indivíduos de outras localidades e não englobando grande parte da população local. Meneses, nesse sentido, afirma que o município, “como bem cultural não é, para seu habitante, cidade boa para viver enquanto cidade, mas boa, enquanto cenário, para fruição dos proprietários, paulistas ou cariocas, de seus imóveis mais carregados de valor” (2002:98).

Os residentes das áreas periféricas ou mesmo aqueles que se dirigiram a essas áreas com o desenvolvimento turístico na região central, mais tarde (re)viveriam essa realidade. Alheio à ausência de instrumentos de incentivo ou reguladores do poder público, o turismo passou a se constituir, por um lado, em uma oportunidade de renda para essas populações e, por outro, em uma ameaça às suas estratégias de sobrevivência. Brandão trata desta questão aliada às mudanças culturais na Praia Grande do Cajuíba, zona rural do município:

Dos velhos bailes de bate-pé, com dança de tamanca em piso de tábua, restaram apenas versos de canoa. (...) Não faltam sinais da morte iminente da cultura caiçara na Praia Grande da Cajuíba. Num recanto litorâneo ameaçado por violentas disputas de território, pelo turismo predatório e pela ausência do poder público, a grande vítima é o nativo: dos 87 caiçaras residentes na região até junho do ano passado, restam apenas 23 (2004:28).

Brandão (2004) se refere, em seu artigo, à assinatura de comodatos pelos caiçaras, em sua maioria analfabetos, efetivada por uma família que se diz proprietária da praia e que tem vetado o comércio na praia. A população ali residente, no entanto, tornou-se dependente deste comércio, possibilitado através do turismo.

A medida que o turismo avança pelo território paratiense, através do modelo excludente de desenvolvimento da atividade que vem se perpetuando, mais indivíduos se vêem ameaçados. São diversos os exemplos de conflitos

existentes entre poder econômico e interesse das populações locais, não raro, com a prevalência do primeiro.

Dentro desse cenário de marginalização dos paratienses, situa-se a Vila de Trindade. Na década de 1970, seu conjunto de sete praias, caracterizado pela cor esverdeada da água e rodeado pela Mata Atlântica, conquistou a atenção de uma multinacional. Esta pretendia construir na Vila um condomínio de luxo e passou a comprar terras dos nativos, muitas vezes mediante ameaça: “quando ela [multinacional] chegou, ela disse que isso aqui não era da gente, que a gente não tinha escritura. Eles diziam ‘se você não vender, a gente vai trazer o perito da companhia, vai botar valor nisso aqui e vai te dar o quanto a gente achar que tem que te dar’”, relata Saulo Alves da Associação de Moradores.

Muitos se recusaram a deixar suas casas. A multinacional enviou para área, então, jagunços armados, reclamando o direito de posse de terra, passando a destruir o pouco da área construída existente, desabrigando moradores (Pereira, 2001:11).

Em Laranjeiras, próximo à Trindade, a mesma multinacional construiria o luxuosíssimo Condomínio de Laranjeiras, um dos mais exclusivos condomínios do país. Nessa região, contrariamente à Vila, não houve uma luta pela terra: “Laranjeiras resolveram de maneira pacífica, porque não existia praticamente ninguém. Na Trindade eles passaram por uma questão mais agressiva, usando pessoas armadas, usando poder econômico”, relata Antônio Porto Filho, paratiense envolvido com a política municipal.

A população de Trindade conseguiu garantir o direito a terra na justiça, através da ajuda dos poucos turistas que, apesar do isolamento, freqüentavam a Vila. Estes instruíram e apoiaram aos moradores, conseguindo a divulgação da invasão na mídia nacional e internacional e a ajuda de um grande jurista, o Dr. Sobral Pinto (que hoje dá nome à rua principal de Trindade). Foi devido a essa articulação entre visitantes e população local que a Vila não deu lugar ao empreendimento. Em 1981, estabelecia-se

um acordo entre a multinacional e nativos, segundo o qual grande parte das terras ainda permaneceria sob poder da primeira. Porém, além do direito a terras, os nativos conquistaram a garantia da liberdade de acesso às praias. Qualquer empreendimento da multinacional não poderia, assim, privatizar espaços públicos, tampouco se diferenciar significativamente das construções locais, o que impede a existência de mega-projetos na Vila.

Após este acordo, deu-se início o processo de recuperação do lugar, da moradia, modo de vida e cultura local que, segundo Guadalupe Lopes, presidente da ONG local Caxadaço Bocaina Mar, não logrou êxito: “foi um processo doloroso, no qual os caiçaras conseguiram permanecer, mas teve uma ruptura cultural muito grande que mexeu muito com a auto-estima deles e seus valores”. Isso porque, paralelamente ao processo de recuperação da Vila, ocorria também o processo de desenvolvimento turístico, caracterizado por uma atuação deficiente do poder público.

Os reflexos do turismo na Vila de Trindade

O desenvolvimento do turismo em Trindade se deu de forma diferenciada da região central. Enquanto esta percebia a atração de investimentos e o aumento da especulação imobiliária imediatamente após a abertura da Rodovia Rio-Santos, Trindade se encontrava, ainda, relativamente isolada. A razão está na distância da Vila da região central, totalizando 30 km, dos quais 22 km correspondem a um trecho da Rodovia Rio-Santos e 8 km se faziam por uma trilha. Somente após a construção do Condomínio de Laranjeiras, implantou-se uma estrada aproveitando-se o corte da trilha (PRT-101). Porém, tal via não foi asfaltada, ficando conhecida como Morro do Deus-me-livre, devido às suas curvas sinuosas, declives e aclives, bem como ao fato de que se apresentava uma estrada intransponível em dias de chuva.

Em 1999, esse trecho foi asfaltado por uma companhia telefônica que implantou uma espécie de subestação em Trindade.

De acordo com Leila Anunciação Oliveira, nativa de Trindade e atual diretora de Marketing da Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty, este asfaltamento foi conquistado pela Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade, através do bloqueio à obra de implantação de fibras óticas que vinha sendo efetivada pela companhia telefônica.

A pavimentação do Morro do Deus-me-livre, ao lado da chegada da energia elétrica à vila, além de beneficiar aos moradores, contribuiu para o aumento considerável do fluxo de visitantes:

Uma ladeira denominada “Deus me livre”, com uma inclinação fortíssima e totalmente enlameada selecionava naturalmente os freqüentadores. Hoje o asfalto e a iluminação elétrica chegou até a vila, aumentando bastante o número de turistas, grande parte vindo de Paraty para passar o dia. (...) os mais radicais já elegeram a Praia do Sono, a alguns quilômetros por trilhas ou barco, como novo refúgio contra a civilização moderna. Entre as duas, como que desafiando a ideologia vigente, está o luxuoso condomínio da Praia de Laranjeiras com suas belas mansões (Revista Scuba, 2003:22).

A notoriedade adquirida pelo conflito com a multinacional na década de 1970 ensejou o processo de desenvolvimento turístico e melhorias como o acesso e iluminação proporcionaram o contínuo crescimento da atividade.

O aumento do fluxo turístico teve como consequência a atração de empreendedores de diversas localidades que se dedicam a atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo. Assim, o estilo das construções, organização dos serviços e composição demográfica vêm sofrendo profundas alterações. Como afirma Pereira, as casas de veraneio, pousadas, restaurantes e bares, feitas de modo desorganizado, “concorrem com as práticas comerciais dos nativos, aumentando o impacto de desordem social já bastante grave entre os nativos e novos residentes lá estabelecidos” (2001:7).

Nesse processo, a cultura caiçara passou a sofrer modificações significa-

tivas, enfatizadas por Guadalupe Lopes. Segundo ela, poucos antigos moradores da Vila “permaneceram dentro das atividades originárias: a pesca, o artesanato. A economia passou a ser o turismo, que é uma coisa que eles construíram, mas não sabem administrar”. Ela também cita, dentre essas mudanças, a alteração na alimentação, o contato com a poluição, violência, drogas, e novos costumes aos quais os caiçaras tentam se adaptar. Os benefícios, segundo Guadalupe Lopes, estão no contato com o dinheiro: “os valores eram outros, eles tinham um sistema de troca, todo mundo plantava, todo mundo pescava. Muitos deles acham que a vida de hoje é muito melhor. São os empresários, os que conseguiram se dar bem”. Porém, ressalta que a maioria não obteve o mesmo êxito.

Grande parte da população da Vila de Trindade, assim como em diversas áreas do município, vem sofrendo um processo de marginalização resultante do “desenvolvimento” proporcionado pelo turismo. Além do desconhecimento das novas formas de trabalho a população possui ainda desvantagens econômicas com relação aos empreendedores que vêm de outras localidades.

Não se trata aqui de criticar a atração de empreendimentos ou a mobilidade de indivíduos que vieram à Vila se dedicar ao turismo. Pelo contrário, em Trindade, tais empreendedores trazem consigo novo conhecimento e nova dinâmica à atividade. Muitos se envolvem na luta pela preservação das características locais e estabelecem relações mais que econômicas com a região. A distinção dos indivíduos que residem nos núcleos turísticos (população original e correntes migratórias) tem apenas a intenção de mostrar que os benefícios advindos do turismo à “população local” não são percebidos igualmente por todos que a compõem. Frequentemente estes benefícios atendem aos interesses de determinadas empresas e grupos dominantes e de indivíduos que estão mais preparados para participar desse processo de exploração turística, ficando à margem, geralmente por ignorância e in experiência, aqueles que viviam

anteriormente nestes núcleos.

Outro ponto levantado por moradores é o superfaturamento dos preços de mercadorias básicas que promove o aumento do custo de vida em Trindade. Segundo o morador A.⁶, apenas o peixe é negociado mais barato: “somos turistas permanentes. Pagamos o mesmo preço que os turistas durante todo o ano”. A. critica também a tarifa de ônibus em Trindade (linha Trindade-Paraty), que corresponde ao valor de R\$ 5,00. Os moradores da Vila possuem uma carteirinha, lhes sendo cobrado R\$ 2,60 pela mesma passagem. Ainda assim, Gusmão afirma: “é o ônibus mais caro do Brasil”.

Os diversos problemas e alterações advindos do desenvolvimento turístico, bem como o direcionamento da população da Vila de Trindade à atividade, dão ênfase à necessidade do planejamento do turismo. A histórica exclusão da população no processo de ocupação turística no município de Paraty, por sua vez, destaca a necessidade de participação da população da Vila neste planejamento.

Planejamento Turístico e a Vila de Trindade

A deficiência da atuação do poder público municipal em Trindade não só é apontada pela população da Vila como também é reconhecida pelo próprio poder público. Deve-se em grande medida ao foco do órgão oficial de turismo do município, a Secretaria de Turismo e Cultura, no desenvolvimento da atividade em torno do centro histórico paratiense. Tal realidade é confirmada pela atual responsável pela Secretaria, a turismóloga Valéria Mozzer.

A Secretaria de Turismo e Cultura de Paraty é responsável pelo planejamento estratégico e operacional da atividade turística. A atual gestão é apontada pelos moradores de Trindade como a que mais se empenhou no desenvolvimento turístico municipal. No entanto, os mesmos criticam sua atuação na Vila. Segundo eles, a população de Trindade participa muito pouco das ações de Paraty.

De acordo com Valéria Mozzer, não

existem registros de ações de planejamento turístico anteriores à atual gestão da Secretaria de Turismo e Cultura. Tal realidade denuncia a inexistência de vínculos entre uma gestão e outra, caracterizando uma descontinuidade do planejamento turístico e desperdício de informações que se perderam com a mudança de gestões.

Antônio Porto Filho, envolvido na política municipal há muitos anos e ex-secretário de Turismo de Paraty, diz não terem sido realizadas muitas ações de planejamento por parte do poder público em Trindade. Das ações catalogadas através do discurso do poder público e dos próprios moradores da Vila, identifica-se uma atuação voltada para a divulgação da mesma e iniciativas incipientes no sentido de organizar a atividade que ali se desenvolve. Dentre elas, cita-se a proibição de estacionar veículos na rua principal em feriados e no verão; criação da Rua das Artes para exposição de artesanato (não necessariamente artesanato local), evitando comércio desorganizado também na rua principal; implantação do Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) no acesso à Trindade; sinalização do trevo de acesso à Vila e mais duas placas no interior da mesma; e distribuição de folheteria.

Grande parte dessas iniciativas se deu através do envolvimento e pressão populares. A criação da Rua das Artes se restringiu apenas à indicação de um local para venda de artesanato, não havendo um projeto ou investimentos adequados em infra-estrutura. Pôde-se presenciar, em dias de chuva intensa, a destruição das estruturas improvisadas pelos moradores. A sinalização é deficiente, complementada por iniciativas da população, encontrando-se, assim, desprovida de padrão e, ainda, provocando poluição visual em alguns locais. Segundo Leila Anunciação, existe a intenção de se aproveitar o trabalho realizado pela Escolinha de Entalhes existente em Trindade: “além de a comunidade ficar mais bonita, as crianças ganham com isso e a comunidade também”, afirma.

Com relação à divulgação da Vila, observa-se que esta não é acompanhada

por investimentos em infra-estrutura e capacitação da população envolvida com o turismo. Ainda, tendo em vista que a região central possui infra-estrutura e visibilidade maiores, muitos dos turistas que vão à Trindade apenas permanecem na Vila durante o dia. Com isso, reduzem-se os gastos dos mesmos no local.

Outra realidade que contribui para a redução da permanência e dos gastos do turista é a estagnação da diversificação da oferta turística em Trindade. Segundo Leila Anunciação, os serviços oferecidos na Vila se restringem à tríade “pousada, restaurante e lojinha”. No entanto, a população aponta como necessária uma efetiva capacitação da mão-de-obra local e dos pequenos empreendedores. Uma vez que os moradores não estão devidamente preparados nem mesmo para lidar com essa tríade, não é difícil imaginar que terão dificuldades em desenvolver outros serviços e atender outros segmentos do mercado turístico. Ressalta-se a importância da intervenção do poder público neste sentido. Por outro lado, são louváveis as iniciativas de muitos membros da população no sentido de desenvolver a atividade. A capacitação profissional possibilitar-lhes-ia, segundo relatos de moradores, maior inserção no processo de desenvolvimento turístico.

Tendo em vista o contexto em que se desenvolve o turismo em Trindade, de que maneira, então, a Vila alcançou a segunda colocação no ranking de atração de turistas do município? Seus atrativos naturais ao lado da criatividade local e de uma infra-estrutura razoável, apesar de rústica (que imprime um diferencial à Trindade, inclusive), atraem cada vez mais turistas. No entanto, esse fluxo é concentrado em determinadas épocas do ano (especialmente durante os períodos do Reveillon, Carnaval e Semana Santa e feriado de Sete de Setembro). Durante a alta temporada, a Vila de Trindade recebe número maior de turistas que efetivamente tem condições de comportar. O resultado é uma superutilização dos serviços urbanos, já deficientes para o atendimento à própria população. Segundo Leila Anunciação, a pavimentação do Morro do Deus-me-livre contribuiu para uma melhor distribuição

do fluxo turístico ao longo do ano. Ainda assim, a população se encontra dependente dos rendimentos da alta temporada, não permanecendo, entretanto, inerte mediante essa maléfica dependência.

Através da iniciativa dos moradores, a Secretaria de Turismo e Cultura incluiu dois eventos de Trindade no calendário de Paraty, visando atrair turistas em épocas de fluxo turístico reduzido. Dentre esses, chama a atenção o “Trindade em Festa”, evento que ocorre na mesma data em que se fez o acordo entre população de Trindade e a multinacional que na década de 1970 invadiu a vila. A organização do mesmo, segundo Leila Anunciação, é responsabilidade da Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade em conjunto com a população da Vila: “a Secretaria de Turismo estará dando o apoio necessário”, afirma.

Considerando-se as iniciativas do poder público acima citadas, pode-se prematuramente inferir que a população de Trindade possui grande participação nas mesmas. No entanto, se por um lado o interesse da população na organização da atividade se faz visível, por outro o interesse do poder público em alavancar esse potencial de envolvimento é obscuro.

Participação da População da Vila de Trindade no Planejamento Turístico

Toma-se como exemplo a aplicação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)⁷, elaborado pela Embratur em 1994 e aplicado em Paraty no final da mesma década. Tal programa, cujo pilar é exatamente a participação da população no planejamento turístico, não teve repercussões na Vila de Trindade. Nem mesmo as lideranças locais participaram de suas oficinas e grande parte da população não tem conhecimento do programa.

Em 2003, uma empresa de consultoria paulista elaborou o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty (PDDT), que passou a balizar as ações do poder público. Entrevistando lideranças da Vila de Trindade, verifica-se que estas também não participaram da elaboração do PDDT. Se as lideranças

locais envolvidas diretamente com o turismo não participam do planejamento turístico, não é de se admirar que grande parte da população não tenha nem mesmo conhecimento da existência do PDDT.

A elaboração desse plano por uma consultoria indica o fracasso do PNMT em seu objetivo final, que seria a criação de um plano estratégico de turismo pela própria população em conjunto com lideranças definidas pelo poder público.

Observa-se que a participação da população de Trindade no planejamento turístico municipal ocorre pontualmente, em ocasiões específicas e parte da iniciativa da própria população, ainda que a Vila se constitua em área de grande potencial turístico, de frequência nacional e internacional, e que o turismo tenha se tornado o esteio da economia local.

O abandono do poder público é evidente no que se refere à infraestrutura urbana. Se a população da Vila e o fluxo turístico sofreram aumentos significativos, os serviços urbanos, por outro lado, experimentaram poucos avanços.

Mediante a ausência de ações do poder público, os moradores de Trindade passaram a envolver-se de maneira positiva para intervir na realidade local. Porém, não obtêm apoio adequado dos governantes municipais: “a gente vai lá, conversa, reivindica tudo, mas eles não fazem muito. Você anda na Trindade e não vê obra da Prefeitura. Tudo o que a gente tem a gente ganhou”, afirma Saulo Alves.

As melhorias na Vila são mais que “ganhos”: são conquistas que vêm se perpetuando desde o conflito com a multinacional através de mobilizações e reivindicações da população. Outras são investimentos dos próprios moradores. Dentre suas ações está a disponibilização de um médico e enfermeira durante o Carnaval de 2004, mediante rateio em conjunto com a Associação de Moradores. Esta Associação é também responsável pela implantação de um sistema de água na Vila, ainda que de maneira improvisada.

Houve também a tentativa de se implantar uma rede de coleta de esgoto, iniciativa apontada como a ação do poder

público mais urgente pelos moradores entrevistados. Guadalupe Lopes diz que sua filha, devido a essa deficiência no saneamento urbano local, adquiriu uma doença e veio a falecer em 1997. Desta forma, iniciou-se em Trindade um levantamento de fundos para que fossem realizadas obras nesse sentido. Guadalupe relata o apoio externo adquirido pelos moradores: “o pessoal do Partido dos Trabalhadores de Santos mandou os técnicos, começamos a fazer a obra. Quando chegou em uma certa hora da obra a Prefeitura entrou. O Secretário do Meio Ambiente apresentou uma verba mirabolante e com essa verba desmobilizou a comunidade inteira. Todo mundo ficou por conta desse dinheiro. O dinheiro veio só a metade, ninguém conseguiu pegar o resto até hoje. E está aí abandonado, ninguém conseguiu concluir a obra”.

Outra iniciativa dos moradores se refere à coleta do lixo, realizada apenas duas vezes por semana, resultando em um acúmulo na alta temporada. Segundo Guadalupe Lopes, houve uma tentativa de se implementar a coleta seletiva na Vila: “colocamos coleta seletiva na comunidade, estávamos de parceria com a SOS Mata Atlântica, estava dando tudo certo. Fizemos um galpão, a comunidade estava separando, estávamos com um trabalho de educação ambiental. Tinha até uma cartilha. Mudou de governo, passou-se toda a coleta seletiva para as mãos da Prefeitura. A única coisa que a Prefeitura precisava fazer era organizar a coisa da coleta, buscar o nosso material. Ela não conseguiu fazer isso, o galpão começou a ficar uma monstruosidade. Acabou a coleta seletiva”.

Guadalupe conclui que a Prefeitura, ao invés de oferecer apoio à população, só a prejudica: “[a Prefeitura] quando quer ajudar, só atrapalha. E sempre pega na coisa pior que é o lixo e o esgoto. Não deixa a gente resolver, não dá uma força pra gente conseguir fazer isso”. Ainda, Guadalupe conclui: “até onde eles vão querer chegar? Acho que eles vão querer dar mais um tempo para destruir as comunidades, porque quem fica aqui somos nós. A população começa a ficar enfraquecida, doente, começa a vender

suas terras e pronto. Há um interesse por parte de Paraty em Trindade, mas não é com a comunidade que está presente. Ela quer para esse lugar uma outra história, para daqui a alguns anos. Mas um interesse com a comunidade em si, não sinto. Nenhuma prefeitura. Não é uma coisa deste governo. E é um lugar que tem uma importância histórica, é um lugar que deveria ser apoiado, porque tem uma resistência aqui dentro para poder permanecer onde nós estamos”.

O morador B concorda: “a Trindade como pólo turístico para cidade de Paraty não é muito negócio para o governo do município, porque eles querem imposto, arrecadação. E caçara não tem dinheiro para pagar imposto. Agora o pessoal de Laranjeiras, os magnatas, gente que tem grana pra implantar um condomínio desses é que pagam impostos, altos. Então para eles é negócio que os caçaras saiam daqui e venha para cá gente que tem grana. Se dependesse deles já não tinha mais essa comunidade aqui”.

Saulo Alves diz que, em 2003, a Prefeitura apresentou um projeto de criação de uma estrada-parque em Trindade. Assim, seriam cobrados R\$ 10,00 dos turistas para entrada a Vila. A receita seria destinada à Prefeitura Municipal de Paraty. A Associação de Moradores rejeitou esse projeto. Para Saulo Alves, a cobrança desta taxa poderia engendrar, por um lado, a diminuição do fluxo turístico na Vila, do qual os moradores são extremamente dependentes. Por outro, Saulo Alves afirma que seria uma forma de atrair um turista de maior poder aquisitivo e, sem capacitação profissional e melhoria da infra-estrutura, muitos moradores se veriam prejudicados: “o morador da comunidade não teria para quem vender o seu prato de comida, alugar seu camping, sua pousada”.

O projeto não foi aprovado, porém Saulo Alves relata que, em dezembro do mesmo ano, houve uma outra tentativa de implantá-lo: “ele [Prefeito] votou a mesma lei. Ele mandou uma pessoa cobrar aqui no alto no Carnaval. Na Semana Santa ele não cobrou mais, agora está parado”. Saulo reconhece a necessidade de enfrentamento de problemas advindos do

crescimento do turismo, porém completa: “o que adiantaria seria a gente ficar na Trindade e ser participante do que ele [prefeito] tem a fazer”.

A partir dessa realidade percebida pela ótica de muitos moradores, torna-se difícil o envolvimento da população com o poder público: “a comunidade está abandonada a tanto tempo que não acredita mais em nada. Então é difícil você articular uma reunião, organizar um curso”, afirma Guadalupe Lopes. Nesse sentido, ela ressalta a importância de se estudar o fator histórico da Vila. Além de passar por toda a questão da luta pela terra, o nativo teve uma difícil reconstrução de seu modo de vida que, sofrendo influência do turismo, passou por alterações profundas. Ainda, grande parte da população, embora envolvida com a atividade, não tem um conhecimento maior a respeito do turismo, o que vem ameaçando sua inserção no processo de ocupação turística.

É necessária a existência de uma política de inclusão que contemple a preparação e capacitação da população para o turismo. Como afirma o morador B, os habitantes de Trindade dedicam-se majoritariamente à atividade, tornando-se dever da Prefeitura apoiá-los no desenvolvimento da mesma. Ressalta que as atuais gestões da Prefeitura e Secretaria de Turismo e Cultura, ainda com todos os problemas, foram as que mais investiram no turismo: “mas ao mesmo tempo em que investe quer cobrar um preço muito alto. A condição é a comunidade se submeter ao controle deles. Queriam cobrar para controlar o fluxo turístico, mas primeiramente tem que investir na infra-estrutura do lugar. Novamente rede de saneamento, a educação, a preparação dos profissionais que trabalham com o turismo aqui para o turista vir e pagar por uma coisa que ele está recebendo: o conforto e a consciência de que o lugar está sendo preservado”.

Uma política de inclusão da população deve ser acompanhada por investimentos em infra-estrutura. É certo que muitas das deficiências existentes em Trindade aqui apontadas não competem diretamente ao órgão oficial de turismo.

No entanto, considerando-se que o turista depende desses serviços e provoca a superutilização dos mesmos, acredita-se que a Secretaria de Turismo e Cultura deveria somar esforços àqueles que cobram por melhorias nesse sentido. Ressalta-se que, como afirma Antônio Porto Filho, a Secretaria de Turismo e Cultura tornou-se a Secretaria mais importante do município, podendo contribuir para a mudança da realidade na Vila.

Considerações Finais

O turismo em Paraty (incluindo-se o turismo de segunda residência) tem promovido significativa atração de investimentos ao município. Praias e ilhas, patrimônio da sociedade, têm se tornado áreas exclusivas da elite nacional e internacional. Em áreas menos exclusivas, porém bastante valorizadas, verifica-se a presença cada vez maior de indivíduos dos grandes centros.

A atração desses investimentos é associada à promoção do desenvolvimento do município: a decadente Paraty, ao ser “descoberta” pelo turismo, passa a reviver tempos prósperos. A adequação do espaço de Paraty (e tudo que esse espaço contém: suas populações e relações sociais) ao consumo das elites dá ao município uma simbologia vinculada ao status social de seus consumidores. Pouco se fala a respeito da marginalização da população local.

O “desenvolvimento” paratiense ocorre de maneira controversa: aqueles que sobreviveram aos períodos de decadência econômica não conseguem sobreviver ao “progresso”. Não parece existir o interesse em se elevar os níveis técnicos e de conhecimento da população para acompanhar esse processo de “desenvolvimento”. A sua função seria outra dentro da engrenagem da ocupação turística: a sua exclusão é mais lucrativa do ponto de vista dos interesses dominantes. A população é, assim, incorporada ao novo sistema de produção e consumo com papel distinto dos novos proprietários e produtores do espaço, bem como dos novos usuários (turistas). Constitui-se, quando muito, na mão-de-

obra barata empregada na nova economia.

A população de Trindade representa um movimento de resistência a essa realidade. Para os moradores da Vila, o “desenvolvimento” não é apenas obra dos detentores de capital ou do poder público. A despeito da ausência deste, a população de Trindade busca sobreviver intervindo na realidade local.

O abandono do poder público enseja o afastamento da população com relação ao mesmo. É preocupante a constatação de que, para muitos moradores, esse abandono é intencional. Seria uma crítica dos habitantes da Vila não exatamente à Secretaria de Turismo e Cultura, mas a toda Prefeitura, e não especificamente à atual gestão, mas também às gestões anteriores. Para eles, a Prefeitura teria sim interesse em Trindade, porém direcionado a grupos de hegemonia econômica que têm interesse na região e, portanto, não direcionaria esforços para que a população que hoje vive na Vila fosse beneficiada através do desenvolvimento da atividade.

De maneira geral, o modelo de desenvolvimento turístico exógeno, dependente de investimentos externos e excludente com relação à população local, é comum no Brasil. Diversas localidades que apresentam vocação natural para a atividade optam por esse modelo, passando a adequar seus territórios aos padrões de consumo da elite nacional e internacional. Ao mimetizar características de outras localidades, perdem, assim, exatamente os traços que originaram o fluxo turístico inicial. Seguem a padronização vigente da produção dos espaços turísticos. Desta forma, compreende-se a afirmação de Yáziği: “por toda parte, o que vejo são fragmentos de cidade grande espalhados pelo interior que, mais cedo ou mais tarde, tendem a deixar tudo igual” (2002:135).

A inércia à espera de investimentos que possam promover o desenvolvimento turístico parte de uma visão míope dos responsáveis pelo planejamento da atividade. Não se credita à população dessas localidades, desprovida de maiores recursos financeiros e de conhecimentos

das formas de trabalho do turismo, a responsabilidade pelo desenvolvimento da atividade.

De fato, o desenvolvimento endógeno apresenta diversos desafios. Porém, ao se descartar essa hipótese opta-se por endossar os mesmos modelos excludentes baseados na exploração turística por grupos de poder econômico, obtendo, por um lado, resultados mais facilmente e, relativamente, em curto prazo. Por outro, a marginalização da população e deterioração dos indicadores sociais; a construção de um produto turístico desprovido de relação com o cotidiano da população local, receptáculo para o turista; a padronização dos serviços e aspectos urbanos; descaracterização cultural, dentre outros impactos negativos. A experiência turística deixa de ser o contato com a realidade local para constituir-se em contato comercial com um espaço “mercadorizado”.

A participação da população no planejamento turístico se apresenta enquanto diferencial estratégico no desenvolvimento da atividade. Através dessa participação, promove-se a construção de um modelo de ocupação turística, e não apenas a cópia e aplicação de modelos, comumente adotada por todo o país. Cria-se um produto que estabelece maior relação com a realidade local e com os interesses, desejos e valores da população.

Uma relação positiva entre turismo e desenvolvimento passa, primeiramente, por uma nova formulação no planejamento turístico, que implique uma visão mais humana que mercadológica da atividade, bem como na atribuição de novos papéis à população local. Além de servir à adequação e competitividade das localidades turísticas, o planejamento deve conceber uma política de inclusão da população no desenvolvimento turístico, especialmente em áreas mais sensíveis aos impactos negativos da atividade.

A Vila de Trindade representa a possibilidade de desenvolvimento turístico que contemple essa inclusão. Enquanto o modelo dominante excludente de ocupação turística não extingue qualquer capacidade de resistência local, perdura-se a oportunidade ao turista de

conviver com a cultura caiçara: ouvir histórias da “aldeia antiga”, como chamam os moradores a Vila antes do conflito com a multinacional; histórias do próprio conflito ou de piratas que teriam sido atraídos pelo ouro que de Paraty era transportado para Portugal; com sorte pode-se experimentar a comida caiçara ou acompanhar o cerco dos pescadores. Dentre os empreendedores, pode-se encontrar nativos da Vila. Dentre as construções existentes, pode-se observar técnicas utilizadas pela cultura caiçara, como nos ranchos de pesca transformados em barzinhos à beira-mar.

No entanto, tais traços se vêem, especialmente na alta temporada, em segundo plano, tendo em vista o crescimento desorganizado da atividade. Toma-se como atrativo apenas os elementos naturais da Vila que, diga-se de passagem, são de rara beleza. Isso porque o “turismo cultural” elegeu o centro histórico e seu rico patrimônio, embalagens de status dos novos empreendimentos, como cenário para se desenvolver. A cultura das áreas periféricas não tem merecido atenção equivalente, apesar de sua riqueza. Talvez essas áreas venham a alcançar destaque a partir da atração de novos empreendedores, retirando a população “incapaz” desse progresso, por seu despreparo e desvantagens econômicas, tornando-se apenas cenário desprovido de um conteúdo autêntico.

ANEXO. Programa Nacional de Municipalização do Turismo

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo foi criado, em 1994, mediante a necessidade de articulação entre as diversas esferas de poder no planejamento turístico no Brasil, de maneira descentralizada. Parte do reconhecimento de que os processos de planejamento e gerenciamento devem se concentrar no plano municipal e de que as soluções e os caminhos a serem percorridos pela atividade devem ser encontrados pelos próprios moradores. Direcionou-se a localidades brasileiras consideradas potencialmente turísticas pela Embratur (Instituto Brasileiro de

Turismo, então órgão máximo do turismo no país).

Um dos objetivos deste programa seria, de acordo com a Embratur, despertar a sensibilidade dos residentes nos municípios para o fato de que apenas possuir atrativos, ou potencial turístico, não seria suficiente para que a atividade cresça e se desenvolva. Procura também estimular o reconhecimento da importância do turismo enquanto gerador de emprego e renda. Ressalta-se que nas diretrizes do PNMT não se faz menção à discussão dos potenciais impactos negativos da atividade junto à população a que se dirige o programa.

O PNMT orienta-se por cinco princípios gerais: descentralização, sustentabilidade, parcerias, mobilização e capacitação.

A descentralização consiste no fortalecimento do poder público municipal. A sustentabilidade contempla a compatibilidade dos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos do município no desenvolvimento do turismo. As parcerias se referem à identificação de meios econômicos, técnicos e financeiros capazes de contribuir para o desenvolvimento da atividade. A mobilização, por sua vez, trata do estímulo à atuação da população na busca de alternativas e objetivos que possam orientar os projetos de turismo. Por fim, a capacitação se refere tanto a disseminação de métodos de gestão participativa quanto ao treinamento em serviços, e se dirige a pessoas envolvidas com a atividade no município.

Adotou-se a metodologia de enfoque participativo para formação de equipe técnica de operacionalização do PNMT. Esta se constituiria de Agentes Multiplicadores Nacionais, designados por instituições parceiras nacionais; Agentes Multiplicadores Estaduais, designados por instituições parceiras estaduais; Monitores Municipais, selecionados a partir dos quadros das Prefeituras Municipais e dos segmentos representativos da população local; Facilitadores Estaduais que sejam técnicos de universidades ou de outras instituições; e Monitor Municipal: esta

metodologia consiste em “Oficinas de Capacitação” compostas por grupos de trabalho em que todos os participantes, com base em perguntas ou em documentos orientadores, vão propondo a construção do conhecimento, a partir da realidade individual. No decorrer do processo, essa construção vai sofrendo ajustes, correções, sugestões e novas interpretações” (Diretrizes PNMT, EMBRATUR).

Desta forma, todos os envolvidos podem contribuir para a construção do conteúdo, eliminando conflitos e buscando o consenso do grupo, disseminando a informação e estabelecendo missões, etapas e tarefas práticas a serem cumpridas no desenvolvimento da rotina de trabalho (Diretrizes PNMT, EMBRATUR).

As oficinas do PNMT seriam conduzidas por um moderador que teria por missão estimular o debate, a cooperação e integração e introduzir recomendações e técnicas.

A elaboração da estratégia municipal de turismo seria a última das três fases do PNMT. A implementação do programa se daria, inicialmente, com uma fase de sensibilização e posteriormente com as oficinas de capacitação propriamente ditas. Nesta fase, propõe-se discutir, também, a criação do Conselho Municipal de Turismo e do Fundo Municipal de Turismo.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), criado dentro do PNMT, é um importante órgão de gestão municipal, definido pela Embratur como Órgão superior de consulta da Administração Municipal, de caráter consultivo e deliberativo, para conjugação de esforços entre Poder Público e a Sociedade Civil, para assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico municipal, composto de vários segmentos organizados da sociedade.

Depois de finalizadas as fases acima descritas e criado o COMTUR, o município pode dar início à elaboração do Plano Municipal de Turismo. Esta se dará com realização de uma oficina na qual o Facilitador Municipal, com a co-moderação do Facilitador Estadual e o

apoio do moderador, conduzirá os trabalhos para a elaboração da Estratégia Municipal de Desenvolvimento do Turismo, centrada no enfoque participativo. Participarão desta oficina os membros do Conselho Municipal, pessoas envolvidas com a atividade turística e especialistas (Diretrizes PNMT, EMBRATUR).

No ano de 2003 ocorreram diversas alterações no plano federal que implicaram profundas mudanças em toda estrutura oficial de turismo. Criou-se, pela primeira vez na história brasileira, um ministério exclusivo para o turismo. Um novo Plano Nacional de Turismo (PNT) foi elaborado, contemplando o período de 2003-2007. Extinguiu-se o PNMT e criou-se, como programa de descentralização o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

O PNMT tem resultados, em muitos casos, questionáveis, tendo em vista a não concretização da última fase (descontinuidade do programa). Também é alvo de crítica por parte de alguns estudiosos no sentido de que muitos municípios, através deste programa, aplicaram recursos nas oficinas de treinamento e não obtiveram resultados esperados. Também recebe crítica o fato de que a metodologia adotada no programa é alemã, e não uma metodologia criada especificamente para o planejamento turístico no Brasil.

A participação da população perpetua-se enquanto um desafio recorrente do discurso político; porém, mesmo em programas como o PNMT, cujo foco central estaria justamente nesta participação, não foram obtidos, em municípios como o de Paraty, Rio de Janeiro, resultados práticos capazes de revolucionar o planejamento turístico nesse sentido.

Bibliografia

- Brandão, Túlio.
2004 “A Meteórica Agonia dos Caiçaras de Paraty”. *O Globo*. Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 2004.
Enciclopédia dos Municípios.
1950. *Paraty*.

- Luchiari, Maria Tereza D. P.
 2000 “Turismo e Cultura Caiçara no Litoral Norte Paulista”. En Rodrigues, Adyr Balastrieri (Ed.). *Turismo. Modernidade. Globalização*. (pp. 136-154) 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec.
- Oliveira, Alexandra Campos.
 2004 *Turismo e População: Um Estudo de Caso do Planejamento Turístico Participativo na Vila de Trindade – Paraty/RJ*. Juiz de Fora: UFJF/DEP.TUR.
- Pereira, Francine Maria.
 2001 *Vila da Trindade, Paraty, RJ: Turismo Sustentável?* Santo André: Uni ABC
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty.
 2003 Paraty.
 Revista Scuba.
- 2003 “Paraty: Turismo Aventura”. *Revista Scuba*. São Paulo, 59: Vox Editora.
- Trindade.tur.br.
 [Online]. Disponível: www.trindade.tur.br/praias.htm. [14/03/2004].
- Wilk, Cindy.
 1997 “Parati: uma Cidade de Outro Tempo”. *Viagem e Turismo*. São Paulo, 25: 42-53.
- Yázigi, Eduardo.
 2002 “Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil”. En Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri y Cruz, Rita de Cássia Ariza da (Eds.). *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. (pp. 133-155) 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec.

NOTAS

¹ Vale ressaltar que o conceito de desenvolvimento tem se submetido, não raro, majoritariamente à crítica econômica, assumindo o significado de crescimento econômico. No entanto, o crescimento da economia pode ocorrer sem que haja melhorias no quadro de concentração de renda e dos indicadores sociais, inerentes ao conceito de desenvolvimento.

² Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty.

³ Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

⁴ De acordo com o PDDT (2003:102-103), a oferta técnica constitui-se das agências e operadoras de turismo, equipamentos complementares de apoio, equipamentos de alimentação e de entretenimento e recreação, equipamentos turísticos de apoio, meios de hospedagem I (meios de hospedagem hoteleiros e extra-hoteleiros, excetuando-se *campings*) e meios de hospedagem II (*campings*).

⁵ Embora o estudo de Luchiari (2000) se refira ao litoral norte paulista, corresponde, nesse aspecto, à realidade histórica do município de Paraty.

⁶ Os nomes de alguns moradores da Vila de Trindade foram omitidos para preservar a integridade dos mesmos.

⁷ Para maiores informações sobre o PNMT, ver anexos.

Recibido: 11 de noviembre de 2004

Aceptado: 22 de diciembre de 2004